

METODOLOGIA PARA AMPLIAR A CAPACIDADE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DO MROSC: EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL (ISS)

Palavras chave: Oficinas e MROSC – Qualificação e Captação de recursos –Sustentabilidade de OSCs

INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos cujo objetivo principal é alcançar a eficiência, a eficácia e a transparência na efetivação dos programas complementares às políticas públicas oficiais. Para consecução desse objetivo, estas têm o desafio e a urgência em priorizar, em suas agendas, a profissionalização da gestão; o aumento da capacidade técnica institucional e a sustentabilidade financeira.

Se a captação de recursos no Brasil já era difícil devido a aspectos culturais, com a crise econômica recente pessoas físicas e empresas tendem a reduzir ou não alocar recursos financeiros (doações) para ações dessas instituições. Com isso as organizações da sociedade civil (OSCs) precisam aumentar sua capacidade de buscar fontes alternativas para desenvolver os projetos sociais e manter as equipes, tal como participar de editais de fomento e/ou apoio a projetos.

Os editais voltados para OSCs podem ser promovidos por organizações privadas e públicas, tanto nacionais quanto internacionais, selecionando projetos a serem financiados a partir de critérios e condições previamente estabelecidos. Entretanto, muitas vezes os recursos disponibilizados por instituições financiadoras não são utilizados por falta de projetos em condições de serem contemplados conforme os critérios estabelecidos.

Normalmente, a incapacidade técnica das entidades se configura na dificuldade técnica de especificar os objetivos, definir as ferramentas de acompanhamento das atividades e avaliação de resultados assim como de propor estratégias para mensurar os impactos aos beneficiários do projeto, fatores que dificultam sua aprovação em editais.

Considerando que as falhas na aprovação de projetos por entidades do Terceiro setor podem ser diminuídas com a utilização de oficinas técnicas que visem suprir essas deficiências, ministradas por especialistas. Este relato tem como objetivo descrever a metodologia de capacitação de OSCs do Instituto de Sustentabilidade Social (ISS), desenvolvida no Município de Itu – SP, por meio da formação “Elaboração de Projetos Sociais” realizada para aumentar a capacidade e captação de recursos pelas organizações” participantes, que apresenta características potenciais de replicação em outras localidades e contextos.

Além disso, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC – Lei No. 13.019/2014 - estabelece novas regras para as parcerias entre organizações sem fins lucrativos e órgãos da administração pública em todas as instâncias – federal, estadual e municipal -, e visa aumentar a transparência destas relações.

Este estudo é relevante à área social, notadamente à elaboração, gestão, monitoramento e avaliação de projetos sociais de OSCs, considerando que a captação de recursos financeiros é indispensável para ampliar a área de atuação, aumentar o número de beneficiados assim como e contribui para a profissionalização das equipes em planejar estratégias de obtenção e utilização de recursos, por meio de um projeto estruturado em termos de planejamento e identificação de diversos elementos fundamentais da gestão de projetos no segmento.

O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, é apresentado o contexto em que se insere este estudo e sua relevância, o problema de estudo e o objetivo central do artigo. Na segunda, são apresentados os fundamentos teóricos; e, na terceira, são demonstradas as etapas metodológica; a quarta apresenta os resultados e finalmente, a quinta os comentários finais.

1. CONTEXTO INVESTIGADO

As parcerias entre o Estado e o Terceiro setor são um fenômeno observado em diversos países com crescente relevância para disponibilização de serviços públicos no atendimento das demandas sociais. O reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da existência de organizações da sociedade civil (OSCs) está descrito desde a nossa primeira Constituição Republicana (1891), que já garantia o direito à livre associação. Criado com a intenção de preencher as lacunas deixadas pelos Primeiro e Segundo Setores, o Terceiro Setor tem importante contribuição para a sociedade por meio da articulação entre governos, empresas, cidadãos e as próprias organizações sem fins lucrativos para promover mudanças no cenário social (MAÑAS, 2012). De acordo com Peroni e colaboradores (2009, p. 762)

A parceria público-privada e as implicações para a gestão da escola pública ocorrem em um contexto particular do capitalismo que, após uma grande fase de expansão que se iniciou no pós-guerra, vive um período de crise e as suas principais estratégias de superação: neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e terceira via; redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais, com profundas consequências para a relação público-privada.

Se o Neoliberalismo defende o Estado Mínimo (com privatizações), a terceira via enfatiza a parceria com o Terceiro Setor para execução das políticas sociais (BRESSER-PEREIRA, 2007). Consequentemente, as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos são um importante elemento para a participação social, em especial nas regiões com maior grau de necessidades, marcado por um crescente desinteresse na participação mediante o voto, embora obrigatório no país. Segundo especialistas¹, pesquisas demonstram que as unidades da federação com maior abstinência são aquelas com menos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD), aumentando a desigualdade social e afastando os mais necessitados do processo de decisão coletiva.

Em um ambiente no qual as relações entre Estado e a sociedade estão no fim da lista de prioridades do cidadão comum, as entidades sem fins lucrativos ocupam papel imprescindível, na medida em que se tornam interlocutoras de grupos sociais sem voz, sem direitos garantidos e na estruturação prática da democracia; saliente-se que muitas vezes são o único caminho de aproximação de determinadas populações com os serviços públicos, tanto em razão da distância geográfica quanto pelas características sociais da região.

O termo FASFIL - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base na metodologia *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais – adotado pelas Nações Unidas em 2002) - identifica, no Brasil, as entidades caracterizadas como figuras jurídicas novo Código Civil como associações, fundações e organizações religiosas. Essa classificação implica nos seguintes elementos constituintes:

- Formalizadas legalmente e registradas no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) com código de natureza jurídica 3 (como Entidades sem Fins Lucrativos);
- Privadas - não integram o aparelho estatal;
- Sem fins lucrativos – não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros - podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades finalísticas da instituição;
- Auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades;
- Voluntárias - constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas e com atividade livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

As OSCs - Organizações da Sociedade Civil consistem em toda e qualquer instituição que desenvolva projetos sociais com finalidade pública. Estas organizações têm um papel decisivo na promoção do bem-estar social, que como atores sociais e políticos relevantes em setores diversos, tornam vívida a experiência democrática no Brasil, atuando em parceria com os demais segmentos: “juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público.” (IBGE, 2012; p. 10).

Como mencionado, para ampliar sua abrangência ou desempenhar seu papel na sociedade, as OSC necessitam muitas vezes de fontes adicionais de recursos, o que exige legitimidade social. Entende-se por legitimidade a percepção coletiva sobre sua relevância para a sociedade, incluindo o julgamento de suas ações de acordo com um sistema normativo e com base em justificações para a sua ação política e social (Krieger, 2011; Suchman, 1995).

Torres (2004), em artigo sobre o seminário Marco Legal das ONGsⁱⁱ (ABONG, FBMOS, GTA e RMA), resgata a necessidade de diferenciação dessas organizações em relação às demais, em razão da forma de gestão, com destaque para a origem dos recursos, democracia interna e transparência das organizações. KISIL (2008) destaca a tendência de utilizar termos modernos de gestão sem uma efetiva base de ação sustentável e que a *produção de resultados, a inovação metodológica e a adoção de práticas* e indicadores de sustentabilidade podem amadurecer práticas de gestão. OLIVEIRA (2006), em estudo sobre a gestão e desafios das ONGs ambientalistas, ressalta que a atuação das organizações assume custos menores para a implantação de políticas ambientais do quando executadas somente pelo Estado - alocam recursos próprios e trazem contribuições do Mercado e da sociedade - e destaca a necessidade de profissionalização para a adequada gestão de recursos. CARVALHO (2006) destaca que a sustentabilidade de uma organização está diretamente associada ao inter-relacionamento das diversas dimensões internas e externas, condicionando-a a decisões integradas e à interdependência entre as ações de gestão.

As discussões sobre a necessidade de gestão profissional e qualidade no Terceiro Setor têm sido cada vez mais frequentes, uma vez que organizações sociais podem ter seus impactos sociais e ambientais sensivelmente reduzidos em função de deficiências na gestão. No entanto, cabe ressaltar que não se trata da mera “empresarização das ONGs”, deixando de lado seu papel de transformação social e seu aspecto ideológico. É necessário levá-las a pensar sua atuação social e ambiental de forma estratégica e a usar ferramentas de gestão que as auxiliem a obter melhores resultados naquilo que se propuseram a fazer, onde a grande beneficiada é a sociedade (TENÓRIO, 1999).

A gestão profissional dessas organizações é necessária, no entanto, sem abrir mão da adaptação para atender aos seus aspectos específicos. Segundo MORAES (2002, p. 42), sustentabilidade financeira é “a capacidade de obter os recursos suficientes para a execução dos projetos e atividades, adquirindo competência organizacional adequada ao gerenciamento dos mesmos, simultaneamente ao desenvolvimento institucional no que se refere ao respeito à missão e objetivos estratégicos, em seus aspectos objetivos e subjetivos, instrumentais e conceituais; assim, a captação recursos precisa ser articulada com ações que promovam o desenvolvimento institucional e contribuam para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida.

O novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), formalizado pela Lei No. 13.019/2014, com vigência a partir de 30/10/2014, foi estabelecido como uma das primeiras ações da Política Nacional de Participação Social - PNPS de forma a potencialmente ser a solução para dois problemas fundamentais nas relações entre o Estado e tais instituições em duas agendas distintasⁱⁱⁱ:

- *Agenda normativa* - visando solucionar a insegurança jurídica, decorrente da ausência de lei específica, diferentes interpretações, analogias incorretas com entes federados, baixa ênfase no controle de resultados e grande volume de prestação de contas pendentes;
- *Agenda de conhecimento* - com foco na insegurança institucional, fundamentada na falta de sistematização dos dados, na capacitação e planejamento insuficientes e na dificuldade de adaptação às normas e ao sistema de controle de convênios federal.

De acordo com o novo instrumento legal, as relações entre as OSCs e o Estado mudam nos aspectos descritos na tabela 1, elaborada a partir dos dados da Secretaria Geral da Presidência da República:

Tabela 1 – Mudanças nas relações entre Estado e Organizações Sociedade Civil a partir da Lei No. 13.019/2014.

Foco	Novos parâmetros
Abrangência Nacional	Administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Instrumentos jurídicos próprios	Termo de Fomento e Termo de Colaboração. Fim dos Convênios para as OSCs, mantêm entre órgãos públicos.
Novas diretrizes e princípios	Gestão pública democrática, participação social e fortalecimento da sociedade civil, entre outros.
Atuação em rede	Agregação de projetos, valorizando a integração entre as OSCs maiores e menores.
Chamamento público obrigatório	Transparência e democratização do acesso às parcerias com editais.
Remuneração da equipe de trabalho	Remuneração de pagamento de equipe de trabalho, com todos os encargos sociais inclusos
Remuneração de custos indiretos	Remuneração de custos indiretos (despesas administrativas) limitada a 15% do valor total
Contrapartida facultativa	Não será mais permitida a exigência de contrapartida financeira, sendo facultativa a de bens e serviços.
Monitoramento e Avaliação	Criação de Comissões de Monitoramento e Avaliação nos órgãos e pesquisas junto a beneficiários
Prestação de contas simplificada	Sistema aperfeiçoado. Regulamento deverá prever regras mais simplificadas abaixo de R\$ 600.000,00
Conselho Nacional de Fomento e Colaboração	Composição paritária para divulgar boas práticas, propor e apoiar políticas e ações voltadas ao fortalecimento
Capacitação	Para gestores públicos, conselheiros e a sociedade civil organizada
Manifestação de Interesse Social	Elaboração de propostas de chamamento público pelas próprias OSCs, movimentos sociais e interessados
Comunicação Pública	Divulgação em meios públicos de comunicação – campanhas e programações desenvolvidas por OSCs

Fonte: os autores a partir do sítio <<http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/mrosc>>. Acesso em 12 março de 2018.

Boltanski e Thévenot, precursores da Teoria da Capacidade Crítica (TCC), integrante da denominada Sociologia Pragmática Francesa, consideram que a legitimidade de uma organização depende de validação científica (corroborado seus resultados e eficácia); dessa forma, o seu principal objetivo está relacionado à sua continuidade (Boltanski e Thévenot, 2006).

Como pode ser observado, a capacitação é um aspecto destacado na Lei No 13.019/2014 que pode ser também entendido como uma qualificação da equipe para aumentar sua capacidade de captar recursos e garantir a continuidade da entidade. Tiisel (2011, p.06) pontuam que

“captação ou mobilização de recursos são termos utilizados para denominar um conjunto de atividades multidisciplinares, realizadas pelas organizações do Terceiro Setor, com o objetivo de gerar recursos financeiros, materiais e humanos para a consecução de suas finalidades”.

Portanto, considerando que a elaboração de projetos pode permitir ampliar as fontes de recursos financeiros para uma OSC, foi estruturada uma metodologia com atividades teórico-práticas visando capacitar os participantes selecionados da região de Itu (entidades cadastradas nos conselhos de políticas públicas municipais), partindo da premissa que para a concepção e elaboração de projetos sociais, devem ser apresentadas não só as informações relevantes sobre o conteúdo e forma de apresentação de projetos, mas conter uma estrutura que inclua conhecimentos específicos, tais como as regras estabelecidas pela legislação vigente pertinente – no presente caso, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC – Lei Nº 13019/2014 e Decreto Nº 8726/2016, a Instrução Nº 02/2016 (TC-A-011476/026/16) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as orientações da DRADS - Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Sorocaba.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

É de senso comum a percepção que os processos de aprimoramento da gestão no Terceiro Setor é um desafio a ser superado, pois, muitas vezes os atores envolvidos não possuem conhecimentos de práticas administrativas que possam auxiliar no andamento da organização. Portanto, se faz mister oportunidades de treinamento para os profissionais que participam da administração de alguma entidade sem fins lucrativos ou das equipes responsáveis por desenvolver projetos sociais e/ou captar recursos.

Caracterização da situação problema: com o advento da Lei Nº 13.019/2014, as exigências para a formalização de parcerias com Organizações da Sociedade Civil – OSCs – aumentaram substancialmente, especialmente quanto aos elementos a serem apresentados no projeto/plano de trabalho. Se anteriormente ao novo normativo legal, as OSCs do município de Itu tinham muitas dificuldades, após a citada lei isso se intensificou, exigindo uma capacitação específica para atender aos ditames legais.

3. INTERVENÇÃO PROPOSTA

Este relato está baseado na experiência desenvolvida com representantes de OSCs que participaram das oficinas de Elaboração e Apresentação de Projetos Sociais realizadas em 2017 na cidade de Itu, com 20 horas de formação presencial, com 20 horas de atividades extraclasse, de forma a complementar o aprendizado, na realidade prática da organização.

A amostra foi constituída de colaboradores indicados de vinte e uma entidades parceiras da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu, cadastradas nos conselhos de políticas públicas vinculados à SEMPRODES – Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social, que apresentam projetos para o recebimento de subsídios/subvenções, cadastradas nos conselhos municipais de políticas públicas da área social.

Foi enviado convite às organizações cadastradas nos conselhos que recebem projetos para destinação de recursos por meio de subsídios/subvenções e fomento a projetos: Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal do Idoso (CMI) e Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA). Foram convidados, também, os membros dos referidos conselhos, havendo a participação de 2 conselheiros do CMDCA e 2 do CMI. Destaca-se, entretanto, que algumas organizações convidadas compareceram parcialmente no evento, e portanto, foi emitido certificado apenas para os participantes com pelo menos 75% de frequência.

A abordagem utilizada no desenvolvimento dessa Metodologia de Capacitação utilizou diversas estratégias pedagógicas de desenvolvimento da criatividade e inovação aplicada a projetos, a partir da adequada identificação dos problemas e levantamento das diferentes opções de solução centrada na geração de valor e nas opções de desenvolvimento humano, organizacional e social, estimulando a iniciativa pessoal, o trabalho em equipe e a integração em rede de organizações, conforme programa apresentado a seguir.

- *Sustentabilidade e Planejamento institucional*: Definições e Conceitos – Estratégias – Indicadores - Análise de Editais
- *Projeto e tecnologia social*: Programas e projetos e alinhamento institucional - Ciclo de vida, fases e etapas de projetos - Elementos componentes de um projeto social - Monitoramento de projetos sociais - Avaliação de projetos sociais

A Metodologia ativa é aquela onde o aluno se torna protagonista de sua aprendizagem, fugindo da chamada Educação bancária mencionada por Paulo Freire (FREIRE, 2009). Como destacam Cyrino e Toralles-Pereira (2004) na Metodologia Ativa com uso de Projetos o aluno interage com a cultura sistematizada de forma plena, tornando-se o principal ator do processo de construção do conhecimento.

O instrumento metodológico aplicado nesse estudo incluiu a autoaprendizagem centrada na identificação e caracterização dos problemas ou oportunidades potencialmente geradoras de projetos, apresentação de casos concretos, trabalhos dirigidos em grupo e simulações, com sínteses expositivo-dialogadas.

A sustentabilidade das OSCs não depende apenas da sua capacidade de obtenção, geração e administração de recursos, está associada a outras questões mais amplas tais como:

- Desenvolver habilidades de natureza coletiva; realizar parcerias; integrar redes; estabelecer adequadas estratégias de desenvolvimento institucional; relacionar-se com governo, empresas e instituições internacionais.
- Ampliar a Obtenção de recursos - Garante a subsistência nos aspectos práticos; precisa estar em sintonia com a missão e objetivos estratégicos; não pode ser priorizada em prejuízo do motivo de sua existência; não garante sua continuidade; pode comprometer o fortalecimento institucional se realizada sem sintonia com a missão ou se não houver capacidade de execução;
- Qualificar as Equipes e formar multiplicadores - Desenvolvidas coletivamente ao longo da história da instituição; investimento no capital humano (profissionalização e capacitação técnica); exige cuidado no tratamento das relações estabelecidas interna e externamente (individual e organizacional).

Foram propostas algumas atividades adicionais como descritas a seguir.

- o relato de experiências organizacionais: os integrantes das entidades apresentaram para o coletivo alguns “Projetos de Sucesso” desenvolvidos pela organização, considerando público atingido, relevância para a sociedade e longevidade da ação.

- a simulação de participação em editais: a partir de três editais vigentes os participantes desenvolveram propostas para concorrer aos recursos, considerando a sua realidade e capacidade institucional com o apoio das moderadoras do ISS.

- o julgamento de projetos: os projetos elaborados pelos participantes foram apreciados pela plateia para sua classificação e qualificação considerando alguns critérios para análise de projetos. Ao final, o grupo decidiu sobre a concessão de fomento de acordo com o ranqueamento dentro dos seguintes quesitos:

- Geral**: capacidade do conveniente e valores;
- Objeto**: viabilidade, objetivos e resultados esperados;
- Justificativa**: relevância social;
- Metas**: clareza e compatibilidade com objetivos e recursos;
- Indicadores**: existência de mecanismos de acompanhamento da execução;
- Riscos**: diagnóstico das variáveis de interferência para o atingimento dos objetivos e propostas de soluções;

- vii. **Políticas públicas:** compatibilidade com as diretrizes e objetivos das Políticas de Assistência Social;
- viii. **Aplicação dos recursos:** compatibilidade dos itens com o objeto e dos preços dos itens com valores de mercado;
- ix. **Cronograma de pagamento:** forma e periodicidade de desembolso dos recursos;
- x. **Atendimento às prioridades:**
 - a. **Assistência Social:** moradores de rua, pessoas com deficiência.
 - b. **Criança e adolescente** – Jovens e Adolescentes em Prestação de Serviço Comunitário (PSC) ou Liberdade Assistida (LA) ou em acolhimento institucional.
 - c. **Idoso** – em acolhimento institucional.

Ao final do evento os participantes qualificáveis responderam um questionário para avaliação de reação, que trouxe diversos elementos para elucidar o impacto da formação na realidade das organizações.

A Metodologia de Capacitação Institucional por meio de Oficinas de Elaboração e Apresentação de Projetos à luz do MROSC foi desenvolvida pelo Instituto de Sustentabilidade Social- ISS. Constituído em dezembro de 2008 e formalizado em 2009, o ISS é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a promoção da sustentabilidade, atuando nos enfoques econômico, social e ambiental. Tem como missão “Promover a sustentabilidade como eixo central nas organizações públicas e privadas e na vida das pessoas” e visão de futuro “ser referência internacional na área de sustentabilidade, participando da definição de políticas públicas e empresariais e contar com infraestrutura humana, física e tecnológica adequada”. Para atingir esse fim, tem como objetivos estatutários:

- Defender, preservar e conservar o Meio Ambiente;
- Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais
- Experimentar de forma não lucrativa, novos modelos sócio-produtivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- Realizar estudos e pesquisas, desenvolver tecnologias alternativas, produzir e divulgar informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados à sustentabilidade.
- Promover: a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; a educação de forma gratuita e complementar; a segurança alimentar e nutricional; o desenvolvimento econômico sustentável; o desenvolvimento social e combate à pobreza; e o voluntariado,

Em seus primeiros anos de constituição, os membros do ISS concentraram-se no desenvolvimento de estudos e pesquisas afins à sua missão e objetivos estatutários; realizando principalmente projetos de natureza indagativa. No aspecto de execução prática de projetos o ISS desenvolveu a Incubadora de ONGs (OSCs) Sustentáveis, realizado em três edições: Subprefeitura de Campo Limpo e Prefeitura Municipal de Itu, com metodologia formativa própria, na qual se insere a presente ação de formação. A seguir é apresentada a caracterização do Instrumento Metodológico proposto:

Projeto: Oficinas de Elaboração e Apresentação de Projetos Sociais

Objetivos:

Geral: Capacitar as organizações participantes a atender aos ditames da nova legislação federal que regula as relações entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil - OSCs (Lei Nº 13.019/2014), as normas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES/SP) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Específicos:

- Fornecer conhecimentos para apresentar o plano de ação/projeto com as informações exigidas o repasse de recursos públicos a partir de 2017.
- Propiciar conhecimentos suficientes para preparar o plano de ação/projeto nos novos moldes legais.
- Desenvolver projetos tecnicamente adequados.

Principal responsável pela autoria do caso: Presidente do ISS e docente (voluntário).

Desenvolvimento: professora da UNIFESP, responsável pela concepção, execução e avaliação dos resultados de aprendizagem propostos.

Tema central do projeto: Profissionalização de organizações da sociedade civil

Fonte de financiamento:

- ISS – serviços voluntários e respectivas despesas de deslocamento do docente;
- SEMPRODES – espaço físico, divulgação e impressão de materiais didáticos.
- Participantes – despesas com alimentação e locomoção para o local do curso.

3.1. Desenvolvimento da formação

O primeiro dia do curso foi destinado a apresentar, aos participantes, os conceitos básicos sobre projetos, a contribuição do projeto como parte de uma estratégia ampla – local, regional, nacional e internacional – para solucionar problemas na área social, como estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O modelo de projetos foi trabalhado em relação à missão e planejamento institucional, de forma a permitir a compreensão da importância do alinhamento do projeto à organização, demonstrando a relevância desse instrumento como forma de ampliar o trabalho desenvolvido pela organização.

3.2. Elaboração dos projetos

A elaboração do projeto foi tratada em relação ao conteúdo e estrutura, a partir de diagnóstico participativo e avaliação de riscos, dentre outras questões relevantes.

Dentre as dinâmicas desenvolvidas, inicialmente, solicitou-se que, em grupos, os participantes identificassem um problema da realidade da organização/público alvo e identificassem uma solução que pudesse ser transformada em projeto com potencial para apresentação a um dos conselhos nos quais a organização esteja cadastrada ou a um financiador externo.

As organizações foram orientadas, durante o tempo entre a primeira e a segunda aula, a escrever o projeto selecionado no modelo de formulário adotado, para apresentação no segundo dia da formação.

3.3. Avaliação dos projetos

No segundo dia, cada participante apresentou as informações básicas sobre o projeto de sua organização, adotando-se o modelo “pitch”, apresentação sumária de 3 a 5 minutos com objetivo de conquistar o interesse da outra parte (investidor ou parceiro) pelo projeto, amplamente adotada por potenciais financiadores.

Visando simular bancas de projetos, simultaneamente, os participantes foram divididos em grupos de diferentes áreas, que deveriam pontuar cada um dos projetos, a partir de critérios objetivos – vide anexo.

3.4. Indicações dos problemas vivenciados e sugestões de soluções

Ao final do primeiro dia do evento, foi solicitado que os participantes indicassem os problemas que vivenciam em suas organizações e as propostas de sugestões para solucioná-los, de forma a coletar maiores informações para o planejamento das futuras ações da SEMPRODES junto às organizações sociais, tendo sido indicados diversos aspectos apresentados a seguir.

4.1. Avaliação da Capacitação

Ao final do evento, foi solicitado que os presentes preenchessem um questionário de avaliação, que considera os seguintes fatores, em uma escala que considera o nível de satisfação graduado em: Excelente - Bom - Regular - Ruim:

<p>Opinião sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo ministrado; • Duração face ao conteúdo; • Destaque dos pontos-chave; • Desempenho do facilitador; • Ambiente físico (espaço, iluminação, ventilação, etc.); • Recursos auxiliares (retroprojektor, TV, vídeo, etc.); • Material didático (apostila, transparência, etc). 	<p>Satisfação das expectativas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quanto ao conteúdo; • Quanto à organização; • Custo x benefício; • Avaliação geral do evento.
---	--

4. RESULTADOS OBTIDOS

Este capítulo apresenta o resultado da avaliação de reação dos participantes do evento e o resumo dos pontos de relevância destacados pelos mesmos. Os vinte e um participantes do curso responderam à avaliação final do evento, e a tabela 2 a seguir mostra o seguinte resultado geral, que demonstra a satisfação dos participantes:

Tabela 2. Compilação dos questionários aplicados sobre o Instrumento Metodológico.

ASPECTO ANALISADO	Excelente	Bom	Regular	Ruim	S/resposta	TOTAL
Conteúdo	56%	44%	0%	0%	0%	100%
Duração	13%	63%	19%	6%	0%	100%
Destaque pontos-chave	44%	56%	0%	0%	0%	100%
Desempenho do Facilitador	53%	40%	7%	0%	0%	100%
Participação individual	31%	63%	6%	0%	0%	100%
Ambiente físico	69%	31%	0%	0%	0%	100%
Recursos auxiliares	67%	33%	0%	0%	0%	100%
Material didático	50%	50%	0%	0%	0%	100%
Expectativas – Conteúdo	69%	25%	0%	0%	6%	100%
Expectativas – Organização	69%	25%	0%	0%	6%	100%
Expectativas - Custo x benefício	56%	38%	0%	0%	6%	100%
Avaliação geral	63%	31%	0%	0%	6%	100%

Em relação ao **conteúdo e duração**, a avaliação foi de 100% e 76% entre Excelente e Bom, o que demonstra alto grau de satisfação no primeiro aspecto e o segundo se deve ao interesse de maior tempo para discussão dos projetos específicos.

Nos itens “**destaque de pontos-chave**” (100% de aprovação) e “**desempenho do facilitador**” (93%), demonstra que houve perfeita identificação entre o palestrante e o grupo.

No que se refere à **infraestrutura logística** (ambiente físico e recursos auxiliares), a avaliação também foi positiva.

A **infraestrutura técnica** (material didático) foi muito bem avaliada pelos participantes, totalizando 100% entre “bom” e “ótimo”.

Embora com recomendações de melhoria, principalmente no que se refere à duração, o evento atingiu plenamente as expectativas dos participantes. Observa-se alto grau de satisfação geral, que atingiu, entre Excelente e Bom, os seguintes percentuais: 94% (Conteúdo e Organização), 94% (Custo x Benefício e Avaliação Geral).

As observações complementares dos participantes, conforme transcrição apresentada logo a seguir, indicam a satisfação com os resultados e a possibilidade de aplicação cotidiana, embora com algumas dificuldades inerentes às características dos colaboradores e da complexidade do tema:

Aprendizado	Dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Importância na elaboração de um tema no que o que se refere a sua apresentação em relação aos elementos do grupo.</i> • <i>Conhecer a filosofia e tecnologia (tecnicamente) para análise verificação e apresentação de projetos.</i> • <i>Estrutura para elaborar projetos.</i> • <i>Elaboração de projetos inovadores. (4 participantes)</i> • <i>Montagem e visualização do projeto / serviço.</i> • <i>Montagem do projeto e conteúdo.</i> • <i>A própria elaboração de um projeto.</i> • <i>O curso possibilitou informações para retirada de dúvidas para elaboração de projetos.</i> • <i>Trocar informação e conhecer outras entidades.</i> • <i>Troca de ideias.</i> • <i>Clareza maior na elaboração de um projeto, nunca havia participado em curso para esse tema.</i> • <i>Ficando claro: projetos e serviços.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ausência de experiência anterior.</i> • <i>Ainda no início de atividades na área como colaborador voluntário, buscando maior embasamento tecnico e funcional (financiamento de atividades perante órgãos públicos).</i> • <i>Fiquei confusa com a metodologia mas depois esclareceu.</i> • <i>Tempo para realizar os projetos.</i> • <i>Tempo para a montagem de projetos.</i> • <i>Realizar os projetos - tempo colocar no papel – escrever.</i> • <i>Realizar o tempo.</i> • <i>Tempo.</i> • <i>Aperfeiçoar essa elaboração.</i> • <i>Elaboração de projetos.</i> • <i>Por não ter montado projetos anteriormente, dificuldade na elaboração e exposição.</i> • <i>Não ser minha área de atuação.</i> • <i>Tempo para realizar e a aperfeiçoar nesse tema.</i>

Como pretende colocar em prática	Observações e sugestões
----------------------------------	-------------------------

<ul style="list-style-type: none"> • <i>Inicialmente acreditando para proposta, colocá-la em um contexto que permita transmitir sua importância.</i> • <i>Aprofundando as características técnicas para permitir colaborar no direcionamento de esforços para a captação de recursos.</i> • <i>Por meio dos documentos que deverão ser entregues à secretaria.</i> • <i>Na instituição inovando os projetos para os investidores.</i> • <i>Nos próximos projetos o plano de ação que terei que exercer.</i> • <i>No trabalho apresentado em abril um projeto para o CONDECA - Novos Horizontes.</i> • <i>Inovando projetos para adquirir renda para capacitação de recursos.</i> • <i>Me dispor com mais frequência ao aprendizado no horário para ser incluso na agenda.</i> • <i>Faço parte da comissão que avalia os projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.</i> • <i>Na instituição inovando os projetos para os investidores.</i> • <i>Com estudo do material.</i> • <i>Estudando material.</i> • <i>Na entidade.</i> • <i>Buscando entender e estudar o evento.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Seria bastante útil fosse apresentado em tempo mais prolongado para maior fixação dos conceitos.</i> • <i>Designar um pouco mais de tempo para reforçar a integração com o público.</i> • <i>Penso que poderia separar as turmas entre serviços e projetos</i> • <i>Fórum do 3º setor com maior participação das entidades</i> • <i>Que fosse dividido em dias mais próximos, pois o intervalo de uma semana dificulta a ação e entendimento. Poderíamos ter mais tempo de curso.</i> • <i>Fórum de discussão do 3º setor</i> • <i>Foi discussão sobre o 3 setor.</i> • <i>Ter mais tempo e dias para o aperfeiçoamento.</i> • <i>Somente o final que ficou tumultuado e as dúvidas do plano de ação não foram sanadas.</i> • <i>Maior duração e menos espaço de tempo entre os encontros.</i> • <i>Esses cursos poderiam ter mais dias para retirar possíveis dúvidas posteriores.</i>
---	--

Os 21 participantes respondentes indicaram diversos resultados positivos qualitativos, que comprovam a efetividade da formação para o cumprimento das exigências legais, destacando-se:

Aprendizado:

- Compreensão da importância da inovação na concepção de projetos sociais;
- Entendimento da lógica dos financiadores, especialmente quanto à necessidade de elementos objetivos de avaliação dos resultados;
- Aumento da capacidade de execução, a partir da troca de experiências e da identificação de organizações potencialmente parceiras;
- Clareza sobre conceitos fundamentais, anteriormente desconhecidos e que ampliaram a percepção das diferenças entre programas, projetos e atividades continuadas.

Potencialidades práticas de aplicação do conhecimento:

- Colaboração nos projetos da organização, a partir do conhecimento da metodologia;

- Capacidade de preparar o plano de trabalho/projeto para apresentação à secretaria da forma adequada e consequente recebimento dos recursos;
- Inovando nos projetos da organização para apresentação a potenciais investidores;
- Aplicação imediata em projeto a ser apresentado ao fundo estadual da criança e do adolescente;
- Avaliação dos projetos nos conselhos municipais (membros de conselho e integrante de OSC).

Sob a ótica da Teoria da Capacidade Crítica, a Legitimidade das OSCs participantes pode ser comprovada pela percepção generalizada dos participantes de que “uma organização tem o direito de ser e fazer algo na sociedade”, como apontado por Krieger e Andion (2014, p. 85). Algumas das organizações participantes apresentaram projetos ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de SP no edital de 2017 e embora não tenham sido contempladas com recursos disponíveis no citado fundo, foram aprovados para captação de recursos vinculados ao mesmo.

5. CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA-SOCIAL

O Instrumento Metodológico permitiu verificar pela percepção dos participantes a importância da qualificação das equipes por meio de atividades teórico práticas. A análise dos resultados da participação das entidades nas oficinas demonstrou:

- Contribuição para profissionalização da gestão das organizações;
- Construção de bases para formar uma rede de organizações estabelecidas, com sinergia e crescimento mútuo;
- Parcerias potenciais identificadas para atendimento do mesmo problema social e/ou comunidade, gerando possibilidade de complementaridade das ações e maximização dos recursos aplicados.
- Acesso a informações importantes sobre a regularização da organização e ampliação da capacidade de elaborar projetos para aprovação em editais públicos e privados;
- Reflexão sobre a relevância do conhecimento de padrões de qualidade, planejamento de ações e divulgação de resultados para a sociedade.

Para aprimoramento desta metodologia, foram identificados os seguintes pontos a serem adotados em edições futuras:

- Ampliação do tempo do curso, de forma a permitir o aprofundamento das discussões;
- Aumento das atividades práticas, utilizando maior número de casos da localidade;
- Criação de aplicativo *on line* para discussão entre os participantes – *Whatsapp*, fórum virtual, etc.
- Maior tempo de antecedência para a divulgação e inscrições, de forma a permitir melhor programação dos interessados.
- Envio de material para leitura preliminar, visando a preparação prévia dos participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLTANSKI, Luk; THÉVENOT, Laurent. **On justification**: economies of worth. Nova Jersey: Princeton, 2006.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. A nova esquerda: uma visão a partir do sul. In: GIDDENS, A. (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. Trad. de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: UNESP, 2007. p. 497-538.
- CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, Jun 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jul 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KISIL, R. **A aderência entre o constructo da sustentabilidade e a prática das ONGs**. Dissertação (mestrado). Fundação Getúlio Vargas, FGV-SP, São Paulo. 2008.
- KRIEGER, M. G. M. **Legitimidade das organizações da sociedade civil na região Sul do Brasil**: uma análise da percepção dos atores do campo à luz da teoria das grandezas. Dissertação (mestrado), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 83-110, Fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 July 2018.
- MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. de. Terceiro Setor: Um Estudo Sobre a sua Importância no processo de Desenvolvimento Socio-Econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/viewFile/12664/8472>>. Acesso em: 6 mai 2014.
- MORAES, F. C. C. **Um Estudo Sobre a Autosustentação Financeira das Organizações Não Governamentais**. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado), Fundação Getúlio Vargas, FGV-EBAPE, Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, A. E. S. de. **ONGs ambientalistas**: Desafios e gestão de agentes voluntários de políticas ambientais. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília; UNB. Brasília. 2006. Disponível em http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3689. Acesso em 07 Mai. 2009
- PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, Out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jul 2018.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, jul. 1995.
- TENÓRIO, F.G. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, v. 33, n.5, p. 85-102, 1999.

TIISEL, D. B. (coord.). **Captação de recursos para o terceiro setor: Aspectos Jurídicos**. 2011. Disponível em http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceirosetor/cartilhas/captacao_aspjur21092011%20revisada.pdf. Acesso em: 12/07/2018.

TORRES, C. **Regulação, transparência e gestão das ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004. Disponível em www.balancosocial.org.br. Acesso em 10 Mai.2018

ⁱ Fonte: Especialistas discutem razões para afastamento dos cidadãos da política. Guilherme Oliveira. 26/09/2014 . Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/26/especialistas-discutem-razoes-para-desinteresse-dos-eleitores-pela-politica>. Acesso em 10 de maio de 2018.

ⁱⁱ Promovido pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBMOS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)

ⁱⁱⁱ Fonte: <http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/mrosc>. Acesso em 12 março de 2018.